DONA BRANCA ALVES DE LIMA: PROFESSORA, AUTORA E EMPRESÁRIA

DONA BRANCA ALVES DE LIMA: TEACHER, AUTHOR AND ENTREPRENEUR

Diane Valdez
Universidade Federal de Goiás (UFG)
divaldez@ufg.br

Resumo A Cartilha *Caminho Suave* é o livro escolar de maior tiragem e circulação na história da educação brasileira. Sua autora, a paulista Branca Alves de Lima, não alcançou a mesma divulgação de seu impresso escolar, a despeito de, em cinco décadas, ser a responsável pelo sucesso de sua publicação. A história da professora normalista, alfabetizadora, autora e também empresária, pois criou uma editora com o mesmo nome da cartilha, se confunde com seu material didático, ou se apaga no meio de disputas do conhecimento tão próprias da história. As lacunas na história de Branca são grandes, no entanto, reunir fontes dispersas possibilitou conhecer alguns lugares ocupados pela professora em seu quase um século de vida. Branca foi uma mulher de seu tempo, fora de seu tempo. Sua história merece ser desvelada e conhecida.
Palavras-chave: Branca Alves de Lima. Biografia. História da educação. Autora. Cartilha.

Abstract The Cartilha *Caminho Suave* (Smooth Path Booklet) is the most widely circulated textbook in the history of Brazilian education. Its author, Branca Alves de Lima, from São Paulo, did not achieve the same disclosure of her school paper, despite the fact that in five decades she was responsible for the success of its publication. The story of the teacher, literary, author and also entrepreneur, because she created a publishing house with the same name of the book, confused with its didactic material, or goes out in the midst of the disputes of knowledge so typical of history. The gaps in Branca's history are great, however, gathering scattered sources has made it possible to know some places occupied by the teacher in her almost a century of life. Branca was a woman of her time, out of her time. Her story deserves to be unveiled and known.
Keywords: Branca Alves de Lima. Biography. History of education. Author. Booklet.

Na ocasião da escrita do *Memorial* para a defesa da tese de doutoramento na Universidade Estadual de Campinas (2006) e, posteriormente, para o concurso de docentes na Universidade Federal de Goiás (2007), registrei meu percurso

escolar anotando a entrada para o Grupo Escolar, já alfabetizada, com cinco anos de idade, destacando:

> Minha primeira cartilha foi a *Caminho Suave*. Eu gostava de ler as lições repetidas vezes, claro, não era tão emocionante quanto as histórias de gibis com as quais eu estava acostumada, no entanto, essa Cartilha foi o primeiro livro 'só meu', não precisava dividi-la com ninguém, pois tinha meu nome na contracapa. Sua capa era colorida; havia nela duas crianças caminhando em direção à escola, um prédio fabuloso no meio de uma paisagem idílica com uma árvore repleta de pequenas flores (parecia um pessegueiro). A obra era ilustrada, algumas imagens eram pintadas com poucas cores, argumento pobre para os dias de hoje, porém era precioso para meu olhar de menina curiosa. Interessante observar que, neste momento de minha vida, sinto-me à vontade para falar da Cartilha como uma preciosidade aos meus olhos, algo que não faria antes, diante das críticas ferozes sobre este tipo de material. Isso se deve pelo amadurecimento, em especial, pela minha pesquisa de doutorado sobre livros escolares no século XIX. Olhar para estes impressos na história me fez perceber o quanto os livros escolares foram essenciais para a formação de muitas crianças. A Cartilha *Caminho Suave* não me fez pior, contudo, devo lembrar que não havia outros materiais para alfabetizar a meninada e que minha história, de forma individual, não serve como parâmetro, pois a história é feita coletivamente. Considero, ainda, que a leitura já fazia parte do meu cotidiano antes do mundo escolar e, sobretudo, que não creio no poder redentor do livro, aposto na subjetividade com as possibilidades inúmeras do leitor diante deste material de aprendizagem impresso. (VALDEZ, 2006, p. 04).

Neste momento de minha história, livre de algumas amarras deterministas, olhei para o meu primeiro livro escolar com olhar diferente de antes, troquei a vergonha pela afetividade e reconhecimento. Nessa produção, ao tomar meu tempo do Grupo Escolar, início da década de setenta, notei que a Cartilha *Caminho Suave* já circulava há mais de duas décadas e, após mais de dez anos da escrita do Memorial, a mesma persiste no mercado fazendo crianças, dos mais diferentes pontos do Brasil, pronunciarem em diferentes sotaques o *da de di do du* que fazia a frase "O dado é de Didi" ou o famigerado *ca co cu* de "O cachorro bebe na cuia".

Neste movimento, voltei a atenção para Branca Alves de Lima (1910-2001), a autora da Cartilha considerada um fenômeno de venda, circulação e apropriação, um ícone da história e memória da escolarização, em especial da alfabetização de crianças. Branca desaparecia no sucesso de sua produção e sua biografia era ocultada na história da educação. Passada outra década, na ocasião da comemoração de setenta anos do lançamento da Cartilha *Caminho*

Suave (1948-2018), retomei a busca por mais dados de Branca e, novamente, me deparei com fragmentos repetidos de sua vida.

Considerando o percurso que se estende do final dos anos 1940, data da primeira publicação, até sua morte no início do século XXI, temos um período de mais de meio século, um tempo de grande alcance. Saber da vida pessoal de Branca parece não fazer muita diferença diante das lacunas apontadas de sua vida de educadora e autora, no entanto, a proposta dessa tentativa de biografia é apresentar e analisar alguns dados encontrados e apresentar um pouco mais sobre esta mulher que foi responsável pela produção de um material que, a despeito das críticas, persiste e vende muitas cartilhas por ano.

A princípio, busquei dados em blogs de escolas, páginas pessoais e de editoras, arquivos públicos de educação e outros. Entrei em contato por telefone e e-mail, com o Colégio Branca Alves de Lima e com a direção da Edipro, editora que comercializa as obras de Branca, na qual obtive algumas informações. Diante da falta de maiores informações, priorizei como fonte dois jornais em seus respectivos arquivos *online*: a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Tive acesso, também, por meio dos organizadores do Projeto de Pesquisa Cartilha Caminho Suave: na história da alfabetização do Brasil, a entrevista de um sobrinho-neto de Branca, fotos do álbum de formatura e a obra sobre famílias paulistas[1]. Consultei também várias edições das obras da autora.

Não é intenção deste texto julgar ou avaliar o material didático produzido por Branca, mas sim considerar sua trajetória que lhe permitiu escrever um material que persiste e circula nas salas de aulas, a despeito da não aprovação da academia e dos programas oficiais que adquirem os livros para as escolas públicas no Brasil. Por não tratar de meu objeto de estudo, não pela relevância, não me proponho a analisar métodos de alfabetização e tampouco especular sobre a circulação ininterrupta das obras da autora. O objetivo é priorizar dados da biografia de "Dona Branca", como, respeitosamente, a maioria dos jornalistas a tratavam nos artigos consultados, observando os lugares e as contradições de sua história.

A família Alves de Lima: lusitanos paulistas no Brás

Localizar o histórico familiar da pessoa biografada se faz relevante para analisar os lugares ocupados, não se trata de apresentar dados descontextualizados de vida privada, mas sim de conhecer as origens para compreender as continuidades, ou descontinuidades, dos poderes nos recortes de tempo e de lugar. Não é possível separar a história de Branca de seu contexto

[1] Ver agradecimento nominal no final do texto.

social e familiar, pois a história de uma pessoa é a história de um tempo, de um lugar e de práticas que contam a respeito de posições e espaços ocupados. Talvez isso justifique os autores de livros escolares anunciarem em suas obras suas origens e ocupações.

Não é o caso de Branca, que não registrou em seus livros nem sequer sua formação de normalista. Sobre a família, além do sobrenome Alves de Lima, a autora ofereceu duas pistas: a primeira, está na Cartilha *Caminho Suave* (6ª Edição – 1º Livro) do ano de 1965, onde, na quarta capa, registrou a seguinte dedicatória: *Ao meu boníssimo pai, Manoel Silveira Alves de Lima, que tem me auxiliado, estimulado e "suavizado o meu caminho", com amor e gratidão, dedico este livro* (LIMA, 1965, p. 2). A segunda pista está na mesma Cartilha *Caminho Suave* (75ª Edição – Alfabetização pela imagem) do ano de 1973, na dedicatória: *À memória de minha carinhosa mãezinha Maria Isaura e de minha querida irmã Clara, dedico este livro. Branca Alves de Lima.* (LIMA, 1965, p. 2).

Sobre os pais e a família da autora, há dados na obra *Biblioteca de Genealogia Brasileira,* organizada por Moraes, em 1969, na qual registra a linhagem das famílias Paulista. Assim os pais são apresentados:

> Manoel Silveira Alves de Lima, n. em Tietê a 15-9-1883, contabilista, diplomado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, casou-se em 16-10-1909, com Maria Isaura de Freitas Lima, n. a 21-1-1888, em Santo Antonio da Serra, cidade de Funchal, na Ilha da Madeira, filha de Joaquim Vieira, agricultor, e de Joanna de Freitas Vieira, naturais da Ilha da Madeira (...): (MORAES, 1969, p. 315-316)

O casal teve cinco filhos, quatro mulheres e um homem, todos receberam somente o sobrenome do patriarca, algo muito comum nas famílias europeias. Sobre os filhos do casal, o registro inclui cônjuges e filhos, como se pode observar:

> **1 –** Branca Alves de Lima, n. em São Paulo a 13-08-1910, professora diplomada pela Escola Normal do Brás, hoje Instituto de Educação "Padre Anchieta" em São Paulo, autora de livros didáticos, solteira;
> **2 –** Henriqueta Alves de Lima, n. em São Paulo a 15-03-1912, professora diplomada pela Escola Normal do Brás, hoje Instituto de Educação "Padre Anchieta", na capital do Estado de São Paulo, casou-se em 1.as núpcias com Evandro Soares da Costa, n. em Aracaju, Estado do Sergipe, funcionário público federal, filho de Herculano Luciano da Costa Samango, n. em Sergipe, e de Ana Soares Costa, e, em 2.as núpcias com Benedito Pereira de Araújo, n. em Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal, filho de José pereira de Araujo, n. em Pinhal, e de Brasilina dos Santos Araujo.
> Do 1.o casamento teve:

2-1 – Evandro Henrique Soares da Costa, n. em São Paulo a 14-8-1947, c. a 24-9-1966 com Neide Vicentini Soares da Costa, n. em Itapira a 12-7-1945, professora diplomada pelo Instituto de Educação "Elvira Santos de Oliveira", da mesma cidade, filha de Otavio Vicentini, fazendeiro, e de Robertina Salles Rocha Vicentini, sua 1.a mulher, naturais de Itapira.
3 – Dr. Alvaro Alves de Lima, n. em São Paulo a 3-2-1914, advogado, diplomado pela Faculdade de Direito da USP, c.c. Edith Corrêa Alves de Lima, n. em São Paulo a 30-11-1916, professora diplomada pelo Instituto de Educação "Caetano Campos", em São Paulo, assistente social pela Escola de Serviço Social do Estado, filha de Carlos Corrêa, n. em Cabreúva, comerciante, já falecido, e de Maria Pinto da Fonseca, n. em São Paulo, professora primária, já falecida, teve:
3-1 – José Roberto Alves de Lima, n. em São Paulo a 16-9-1944, estudante;
3-2 – José Carlos Alves de Lima, n. em São Paulo a 31-5-1946;
3-3 – Maria Stella Alves de Lima, n. em São Paulo a 15-8-1947;
4 – Clara Alves de Lima Liguori, n. em São Paulo a 12-8-1915, falecida na mesma cidade a 6-5-1937;
5 – Altair Alves de Lima Liguori, n. em São Paulo a 1-11-1921, professora diplomada pela Escola Normal do Brás, hoje Instituto de Educação "Padre Anchieta" em São Paulo, casou-se com Ernani Liguori, n. em São Paulo a 19-11-1920, contador pela Escola de Comércio "Alvares Penteado" e Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas, ambas em São Paulo, comerciante, filho de José Liguori, n. em Salermo, Itália, comerciante, já falecido e de Magdalena Passarelli Liguori, n. em Cossença, Itália, teve:
5-1 – Maria Clara Liguori, n. em São Paulo a 16-3-1950, estudante;
5-2 – José Lescaut Liguori, n. em São Paulo a 26-4-1951, estudante; (MORAES, 1969, p. 316-318)

Apesar de extenso, esse importante registro oferece várias pistas da constituição familiar de Branca. De origem portuguesa, a mãe, Maria Isaura, nasceu na pequena freguesia portuguesa de Santo António da Serra na Ilha da Madeira, no final do século XIX. Filha de agricultores lusitanos, casou-se aos vinte e um anos, com Manoel, nascido na cidade paulista oitocentista de Tietê, no ano de 1883. Sobre a origem dos pais de Manoel, a obra de Moraes registrou dados da família Silveira e Alves de Lima em São Paulo a partir do final do século XVIII e século XIX. Maria Isaura parece ter vindo de Portugal para contrair matrimônio com Manoel, em seguida, mudaram para São Paulo, na região do Brás, onde nasceu Branca, mais tarde foram viver na região de Ipiranga e depois Fagundes, lugares procurados pela elite paulista na primeira metade do século XX.

Nota-se um movimento de circulação da família por algumas cidades de forma

mais frequente, no interior do estado, destacando Tietê, Laranjal Paulista, Itu, Sorocaba, Piracicaba, Itapetininga etc. Já a capital, São Paulo, parece ter sido a opção de boa parte da família Silveira e Alves de Lima, sobretudo no início do século XX. É o caso da família de Branca, onde todos nasceram na capital. A fonte consultada apresenta as ocupações de trabalho realizadas pela família de Manoel, alguns viviam da terra, eram lavradores, fazendeiros, chacareiros, outros se ocupavam de atividades urbanas no comércio, contabilidade, banco e outros espaços.

Em relação à família Freitas, de Maria Isaura, não constam registros nesse tomo. De acordo com o depoimento de Evandro Soares da Costa Neto (2017), neto de Henriqueta, segunda irmã de Branca, Maria Isaura era prima de Manoel[2]. Os casamentos consanguíneos, por distintos motivos, era uma prática realizada em alta proporção na história da humanidade, fato que dificulta analisar, apressadamente, as origens e filiações de forma mais rígida (e não é essa intenção neste momento). Sobre isso, duas pistas parecem confrontar com a possibilidade de parentesco dos pais de Branca: a primeira é que os pais de Maria Isaura, Joaquim Vieira e Joanna de Freitas Vieira, não carregam os sobrenomes Silveira, Alves ou Lima; a outra pista se refere às anotações de Moraes em sua obra sobre as famílias paulistas que, ao registrar os casamentos consanguíneos, anota o grau de parentesco, se são primos, sobrinhos etc., indicativo que não existe nos dados dos pais de Branca. São as lacunas da história que não são fáceis de serem preenchidas. Talvez uma pesquisa genecológica consiga trazer dados com melhor precisão.

Uma dedicatória, como foi anotado, é uma homenagem póstuma para duas mulheres da família: a mãe e a irmã de Branca. Sobre Maria Isaura não localizei outros dados, o que não é estranho quando se trata de mulheres na história. Somente os registros de anúncios fúnebres, encontrados no Jornal *O Estado de São Paulo*, deram pistas sobre Dona Maria:

> **D. Maria Isaura de Freitas Lima**
> Faleceu ontem, nesta capital, aos 58 anos de idade, a sra. Maria Isaura de Freitas Lima. A extinta era casada com o sr. Manuel Silveira Alves de Lima e deixa os seguintes filhos: Branca Alves de Lima, solteira; Henriqueta Soares da Costa, casada, com o sr Evandro Alves da Costa; Alvaro Alves de Lima, casado com a sra Edith Correia Alves de Lima; e Altair Alves de Lima. O enterro realiza-se hoje, às 15 horas, saindo o féretro da Casa de Saúde Matarazzo, para o Cemitério São Paulo. A família pede não sejam enviadas flores nem coroas (*O Estado de São Paulo*, 10 de maio de 1946, p. 05)

[2] Boa parte das mulheres que se casavam com os homens Alves de Lima adotavam este sobrenome composto; não foi o caso de Maria Isaura.

Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf | ISSN: 2446-8576
Vitória, ES | v. 1 | n. 7 | p. 61-84 | jan./jun. 2018

> **Missa de 7º dia**
> O esposo Manuel Silveira Alves de Lima, os filhos: dr Alvaro Alves de Lima; Henriqueta Soares da Costa; Branca e Altair Alves de Lima. A nora: Edith Correia Alves de Lima e o genro Evandro Soares da Costa agradecem sensibilizados as demonstrações de pesar recebidas por ocasião do falecimento da inesquecível Maria Isaura de Freitas Alves de Lima e convidam parentes e amigos para assistirem a missa de sétimo dia que farão celebrar amanhã, dia 16, às 9 horas, no altar-mor da Igreja São Francisco. Por mais este ato de religião e amizade, antecipadamente agradecem. (*O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1946, p. 12)

Ao cruzar as datas localizadas, nota-se que a lusitana Maria Isaura faleceu nove anos após a filha Clara, quando Branca tinha trinta e seis anos, quase dois anos antes de publicar, pela primeira vez, a sua Cartilha *Caminho Suave*. Clara Alves de Lima era cinco anos mais nova que Branca e faleceu aos vinte e dois anos, tão jovem quanto Branca, que tinha vinte e sete anos e, neste momento, já se ocupava da carreira de magistério. Por esses dados cronológicos, nota-se que a professora Branca viveu uma parte de sua vida profissional junto da mãe e da irmã. Talvez, por isso, a dedicatória em seu livro.

Manoel Silveira Alves de Lima exercia a profissão de contabilista e, de acordo com Moraes, foi diplomado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, escola profissionalizante criada nos anos quarenta (1941) com o objetivo de ensinar e profissionalizar por correspondência[3]. De acordo com Neto (2017), Manoel foi contador do Conde de Álvares Penteado, cafeicultor, empresário do ramo de tecidos e mecenas, além de manter relações de amizade com o bisneto de Dom Pedro II, filho da princesa Isabel, Pedro de Alcântara Gastão de Orléans e Bragança. A experiência profissional do pai, no início dos anos 1950, pode ter contribuído com a criação e o sucesso da Editora Caminho Suave, na qual Manoel foi Sócio-Diretor[4]. A parceria talvez justifique a homenagem na qual a autora proclama e agradece ao pai por ter "suavizado" o seu caminho. No período em que os livros de Branca alcançavam extraordinária venda, no ano de 1977, Manoel faleceu, aos noventa e três anos:

[3] De acordo com Peleias (2007), uma das primeiras escolas formais do ensino de Contabilidade, em São Paulo, foi a Escola de Comércio Alvares Penteado (1902). No início dos anos 1930, a profissão foi regulamentada e o ensino comercial foi organizado em propedêutico (o diploma era adquirido por meio de exames admissionais), técnico (dois anos para se tornar secretário, guarda-livros etc.) e formação superior (três anos para ser perito contador). Vale anotar que uma pessoa da família, Durvalino Silveira de Lima, de Tietê, contemporâneo de Manoel, tinha como profissão "Guarda-Livros", o que, até os anos 1950, correspondia à profissão de Contador.

[4] Um segundo anúncio da missa de sétimo dia de Manoel nos classificados fúnebres do jornal *O Estado de São Paulo* registrou: "Missa de 7º Dia – Diretores e funcionários da EDITORA "CAMINHO SUAVE" Limitada agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de seu saudoso sócio-diretor Sr. Manoel Silveira Alves de Lima (...)" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 de março de 1977, p. 46)

> **Manoel Silveira Alves de Lima**
> Faleceu nesta capital, aos 93 anos, o sr. Manoel Silveira Alves de Lima, viúvo de d. Maria Isaura de Freitas Alves de Lima. Deixa os filhos Dr. Alvaro Alves de Lima, casado com Edith Correia Alves de Lima; Branca Alves de Lima, solteira, d. Henriqueta Alves de Lima, viúva; d. Altair Alves de Lima Liguori, casada com o sr. Ernani Liguori. Deixa também netos e bisnetos. O enterro realizou-se no cemitério de São Paulo. (*O Estado de São Paulo*, 20 de março de 1977, p. 42)
>
> **Missa de 7º dia**
> Os filhos, noras e genros Branca Alves de Lima, Dr. Alvaro Alves de Lima e Sra Edith Corrêa Alves de Lima, d. Henriqueta Alves de Lima, viúva do Sr. Evandro Soares da Costa, d. Altair Alves de Lima Liguori e dr Ernani Liguori, os netos Dr José Roberto Alves de Lima, Evandro Henrique Soares da Costa e sra Neide Vicentina Soares da costa; Maria Stella Alves de Lima Pereira dos Santos, casada com o sr José Roberto dos Santos Pereira e bisnetos do saudoso MANOEL SILVEIRA ALVES DE LIMA agradecem as manifestações de pesar por ocasião de seu falecimento e convidam parentes e amigos para a missa de 7º dia que farão realizar quinta feira dia 24 do corrente, às 18h30, na Igreja Imaculada Conceição, à av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2071. Por mais esse ato de religião e amizade, antecipadamente agradecem (*O Estado de São Paulo*, 22 de março de 1977, p. 46)

Na fonte anexada, anúncios fúnebres, vale apontar algumas ressalvas, para compreender o movimento da família de Branca e seu possível lugar. A primeira é a solicitação do não envio de flores, nem coroa, no ritual fúnebre da mãe. A princípio, essa solicitação poderia indicar outra crença que não fosse a cristã, no entanto, o restante dos dados, como o enterro no Cemitério São Paulo (onde ambos foram enterrados) e as missas na Igreja São Francisco e Igreja Imaculada Conceição, refuta essa possibilidade, por se tratar de lugares cristãos católicos. Ao recorrer a outros anúncios, percebe-se que essa era uma prática comum nos anúncios fúnebres de famílias de posse, até os anos 1960. Famílias de linhagens clássicas, imigrantes que enriqueceram, empresários e proprietários de terra e de outros bens faziam este pedido, alguns solicitavam doar a quantia em dinheiro que seria investida nas flores, para hospitais e outras obras de caridade.

Vale alertar que nenhuma fonte é neutra, em nenhum tempo histórico, por isso o cuidado de olhar os dados como algo movediço, que não está pronto e acabado. Ainda na fonte citada, outro aspecto que merece destaque é a apresentação dos filhos nos quatro anúncios. Branca, primogênita do casal Manuel e Maria, foi registrada primeiro (com o apêndice de solteira) no anúncio da morte da mãe, respeitando a ordem cronológica. Em seguida aparece a irmã Henriqueta e o irmão Alvaro (sem acento) carregando os nomes dos respectivos

cônjuges, por último a irmã caçula Altair, sem qualquer complemento. Nesse período, Branca tinha trinta e seis anos e sua irmã mais nova, vinte e cinco anos. Aparentemente, esse detalhe de diferença na idade pode ter sido o parâmetro para considerar uma mulher solteira. Ou passou despercebido.

No segundo anúncio, da missa de sétimo dia, priorizam-se os nomes completos de Alvaro, com o título de doutor, e Henriqueta, para, em seguida, citar Branca, sem os nomes de família e a irmã Altair com nome completo. Seguem os nomes completos da nora e do genro. Aparentemente, prevaleceu a ordem de importância: o irmão Alvaro, apesar de ser o terceiro, mas único homem, abre o anúncio junto com Henriqueta, ambos casados. Trinta e um anos depois, no anúncio da morte de Manoel, Alvaro é mantido em primeiro junto com a esposa, em segundo vem Branca Alves de Lima, permanecendo com o termo solteira, e as duas irmãs com a prerrogativa de "dona" por serem casadas. No último anúncio, Branca, sem a prerrogativa de "solteira", volta a ser a primeira da lista filial para em seguida virem os nomes de doutor Alvaro, Henriqueta e Altair com aos nomes de suas famílias, cônjuges, filhos e netos.

Destaco ainda, com dados oferecidos pelos anúncios, os locais de enterro e das missas. O Cemitério de São Paulo, inaugurado no ano de 1926, foi construído para abrigar as famílias aristocráticas paulistanas, visto que os outros dois cemitérios – Consolação e Araçá – já não ofereciam espaços. Neste cemitério, os mortos provenientes das luzes dos palacetes da elite paulista "descansam" em túmulos, mausoléus e monumentos que são pomposas obras de arte tumular, criadas por artistas e escultores reconhecidos no país.

Para a elite, a morte não era, ainda não é, um empecilho para continuar se diferenciando da maioria da população, mostrando seu poder pelo lugar e pela arte, como em vida. A Igreja São Francisco, construção colonial, atualmente reconhecida como patrimônio histórico mundial, é uma das instituições tradicionais da elite paulistana até os dias atuais. Situada no Largo de São Francisco, na capital São Paulo, contraditoriamente abrigou a Faculdade de Direito (1828), espaço de resistência e protesto político contra o governo imperial. Da mesma forma, a tradicional Igreja Imaculada Conceição, do início do século XX, localizada no Bairro Bela Vista, historicamente foi espaço da classe alta paulistana.

Os dados apontados aqui não são suficientes para concluirmos de forma determinista o lugar da família de Branca Alves de Lima, no entanto, as fontes nos oferecem pistas para compreender a origem da educadora. Uma família de imigrantes, os pais, que se ocuparam de atividades urbanas; e todos tiveram acesso à instrução: as filhas estudaram na mesma escola, e o filho formou-se em Direito em uma instituição pública e reconhecida. Os espaços de circulação apontam lugares ocupados por famílias em ascensão, o que pode ter garantido o acesso de Branca a espaços que não são próprios de famílias não abastadas, ou, pelo menos, financeiramente estáveis.

A “professoranda” de 1929 da Escola Normal do Brás: os caminhos traçados fora de casa

Branca nasceu, viveu e morreu na capital, São Paulo, no entanto não foi possível encontrar dados sobre a infância e adolescência da menina que nasceu em um agosto de 1910, na região do Brás. Hoje sinônimo de comércio, a região do Brás foi palco de uma histórica luta operária na industrialização e homenageia um compatriota dos pais de Branca, português e proprietário de terras: Benemérito José Brás. Nas primeiras décadas do século XX, a região era rural e abrigava imigrantes, sobretudo italianos e portugueses. A outra moradia de Branca foi na região de Fagundes e depois Liberdade, onde morou até sua morte no ano de 2001.

A respeito de sua formação inicial, Branca pode ter estudado a instrução primária em um Grupo Escolar da região, pois a capital, São Paulo, foi um dos primeiros lugares a receber a implantação dessas instituições na última década do século XIX. Projeto republicano, o Grupo Escolar, de ensino primário e graduado em séries, convocou configurações no campo pedagógico da escola primária, a despeito da não homogeneização dessas escolas no Brasil. Trata-se de uma escola pública que serviu, a princípio, também para formar boa parte da elite, pois a intenção republicana de educação popular ainda demoraria a ser instalada.

Na região do Brás, foi criado na década de noventa do século XIX o Grupo Escolar Romão Puiggari, uma escola de referência para os filhos dos imigrantes com dificuldade na língua. O espanhol Romão Puiggari foi professor da Escola Normal de São Paulo e, assim como Branca, foi autor de livros escolares. Acompanhado do professor Arnaldo Barreto, lançaram no ano de 1895, pela livraria Francisco Alves, a série de quatro volumes de seus livros de leitura da série Puiggari-Barreto, que conquistou em 1904 a medalha de prata na Exposição Universal nos Estados Unidos, conforme afirmou Valdez (2004). Neste Grupo Escolar, Branca foi professora, conforme será abordado posteriormente.

A menina Branca pode ter estudado em um dos colégios confessionais da época, espaços que atendiam filhas de uma burguesia paulista em ascensão, oferecendo uma educação religiosa e moral em regime de internato ou semi-internato. Também poderia ter tido uma formação doméstica, possibilidade existente na história da educação brasileira, mas, diante das incertezas, o que temos de mais concreto é sua formação na Escola Normal do Brás, estabelecimento constantemente citado como formação máxima da professora.

A Escola Normal do Brás, criada quase junto com o nascimento de Branca, 1912, faz parte de um projeto de expansão de escolas destinadas à formação de docentes para cumprir as exigências republicanas do ensino primário.

As escolas normais públicas surgiram no Império brasileiro, na primeira metade do século XIX, no entanto coexistiram, historicamente, com os conflitos do público com o privado, tornando-se espaços, muitas vezes, frágeis, efêmeros e repletos de continuidades e descontinuidades, consolidando-se, sobretudo, na segunda metade do Brasil oitocentista.

De acordo com Santos (2013), a princípio, era Escola Normal Primária do Braz (com z), diferenciando-se por ser a primeira escola pública da capital destinada à formação de professoras primárias do sexo feminino. A mesma autora aponta ainda que, anexo à Escola Normal, instalou-se o Terceiro Grupo Escolar do Braz, anteriormente, denominado Seção Feminina do Grupo Escolar Modelo do Braz, que recebia uma frequência grande de crianças de famílias de imigrantes do bairro. O site do Centro de Referência Mário Covas revela a mesma data de instalação e os nomes recebidos em ordem cronológica: Escola Normal Feminina da Capital, Escola Normal Padre Anchieta, Escola Normal e Ginásio Estadual Padre Anchieta e atualmente é Instituto de Educação Padre Anchieta.

Em entrevista dada no ano de 1967, Branca registrou sua preocupação com o processo de alfabetização, que iniciou nos anos vinte quando frequentou essa Escola, Antes mesmo de concluir o curso, em 1929, já lecionava:

> Na Escola eu aprendi a ensinar pelo método analítico puro – hoje chamado global – e, em 1931, ingressei no magistério público e apliquei este método por cinco anos. Mas foi uma decepção; não tive os resultados esperados. Então resolvi ir modificando, por baixo do pano, passando a usar o analítico sintético, mas partindo da palavra (*O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1967, p. 19)

Com o diploma de normalista em mãos, aos dezenove anos, Branca iniciou sua jornada em escolas no interior de São Paulo. Em entrevista dada ao jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 1991, registrou que iniciou sua carreira profissional em uma escola rural de Jaboticabal, pois naquela época, segundo ela, no início da carreira era preciso lecionar, no mínimo, um ano na zona rural e aprovar, alfabetizando, no mínimo quinze alunos, para depois poder dar aulas em uma classe de uma boa escola urbana. Aparentemente, pelos dados obtidos, Branca passou bem mais que o tempo mínimo exigido. A mesma matéria registrou que deu aulas em vários grupos escolares no interior do estado e que, por onde passou, se preocupava com a dificuldade dos alunos em aprender a ler, o que ocasionava um índice elevado de reprovação. No ano de 1936, com vinte e cinco anos, a jovem professora lecionava em um grupo escolar de São José do Rio Preto, onde iniciou experiências de alfabetização com imagens associadas às sílabas, obtendo bons resultados. No entanto, registrou:

> Mas a alegria nunca está só. Quando lecionava num grupo rural[5] de São João da Boa Vista, também com ótimos resultados, fui censurada, um dia, pelo inspetor. Entrou na minha sala de aula, viu umas gravuras no quadro-negro e me chamou a atenção: "Você está ensinando pelo método de silabação". Fiquei triste. Foi um dia de choradeira. Mas no fim do ano – acrescenta – o inspetor do grupo viu os resultados dos exames e me chamou de novo, para dar a mão à palmatória. (*O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1967, p. 19)

Após um tempo ministrando aulas no interior urbano e rural de São Paulo, experimentando novos métodos de alfabetização, sendo questionada e elogiada, Branca foi transferida para o Grupo Escolar Romão Puiggari, escola que já mencionamos e era abrigada em um prédio suntuoso projetado por Ramos de Azevedo na região do Brás. Frequentada por muitas crianças, o índice de repetência, segundo Branca, constituía-se como o problema maior. O diretor da escola, já conhecendo sua experiência, lançou-lhe o desafiou de alfabetizar alunos reunidos em uma classe especial de repetentes:

> Nós tínhamos até excepcionais na classe, mas os resultados foram bons e eu fiquei convicta do meu método. Pensei, então, em publicar uma cartilha para que os alunos tivessem melhor aproveitamento. Eu notei também que o sistema visual era muito bom e que as crianças tinham mais facilidade de fixação. Mas nos faltava material. (*O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1967, p. 19)

Branca afirmou que começou a desenvolver sua Cartilha a partir das experiências no interior. Em suas entrevistas, investiu promissoramente na defesa de seu método, justificando-o com sua experiência de alfabetizadora e seu desejo de contribuir com o ensino da escrita e da leitura. Apesar de não ser a intenção, neste texto, debater acerca dos métodos de alfabetização, vale citar as passagens proferidas por Branca para pensar seu percurso:

> Alfabetizar aquelas crianças pelo método analítico tradicional, que decompõe a frase até chegar à letra, não funcionava. (*O Estado de São Paulo*, 05 de maio de 1991, p. 22)
>
> Um dia, ao olhar para a letra g, vi que ela poderia ter a forma de um gato, que o c parece um rabo de um cachorro, os chifres da vaca formam um v e o i poderia ser a torre de uma igreja. (Ibidem)

[5] Aqui deveria ser uma escola rural, pois os Grupos Escolares eram uma proposta urbana, enquanto que na área rural seguiam predominando escolas multisseriadas.

> É a melhor maneira de conseguir apoio para a memória da criança. (Ibidem)
>
> (...) pois tinha notado que o ensino de leitura, como simples exercício monótono, não desenvolve a energia intelectual da criança, que então se limita a acompanhar passivamente a professora, sem estímulo, nem procurar vencer espontaneamente as dificuldades. (Ibidem)
>
> (...) a criança encontra dificuldade para formar uma sentença completa à vista de uma gravura, mas diz espontaneamente: gato, cachorro, faca etc. Por isso que o meu método foi baseado no processo de 'alfabetização pela imagem', no método analítico sintético partindo da palavra e não da sentença, como no global. (Ibidem).

No ano de 1997, após ter seus livros recusados pelo Governo, o que será abordado logo mais, Branca voltou a sinalizar como construiu seu modelo de ensino:

> Na década de trinta, (...) a prática "em moda" para alfabetização se chamava processo analítico. Depois de 21 anos chegaram à conclusão que não funcionava e deram liberdade didática aos professores. Aí comecei a construir o meu sistema, de imagens. Fiz uma porção de cartazes. Mas, no começo, as figuras não eram associadas às letras. (*Folha de São Paulo*, 25 de novembro de 1997, p. 10).
>
> Um dia estava olhando meus cartazes e tive um *insight*. Comecei a desenhar com giz em cima dos cartazes. No G, desenhei um gato e disse "Veja como a letra G se parece com um gato". Depois, no F, desenhei uma faca. Percebi que as crianças, associando uma letra a uma figura, esqueciam menos. (Ibidem).

Branca percorreu caminhos didáticos que não devem ter sido simples como aparenta em sua narrativa. No entanto, o que vale aqui é trazer os dados para compreender melhor a próxima etapa de sua vida, que é a inserção na produção de livro escolar e que, como já é sabido, tomou uma volumosa proporção editorial. Se foi Branca a autora do método ou não, se essa forma de alfabetizar era algo original ou era uma adaptação de métodos anteriores ou se a intenção de Branca não era a que proclamava são temas que podem ser objetos de outras pesquisas. O interesse aqui é o percurso histórico de uma mulher educadora na primeira metade do século XX.

Após vinte e oito anos de trabalho no magistério, em sala de aula, pois não há indícios que tenha ocupado outros cargos na educação, Branca se aposentou. No início dos anos 1990, declarou que recebia sessenta mil da Previdência Social, como aposentada. Somando os tempos com os dados registrados, que não são exatos, se Branca começou sua carreira de professora de escola pública no início

dos anos 1930, finalizou em fins dos anos 1930, quando assumiu o lugar de autora e proprietária de uma editora – tema que será abordado a seguir.

Dona Branca: a professora alfabetizadora que virou autora e que se tornou empresária

Seguramente, a carreira da professora Branca não é diluída em sua trajetória da de autora de livros escolares, pois sua experiência é sempre retomada para justificar a composição de seus livros, em especial a Cartilha *Caminho Suave*. No entanto, é significativo o lugar que suas publicações, em especial a Cartilha, ocupa na história da professora. Falar sobre a autora remete a outro espaço também ocupado, um longo tempo, por Branca: o de empresária em sua Editora Caminho Suave Limitada, criada especialmente para publicar seus livros de forma autônoma. Vale registrar que, pelo menos até o ano de 1965, consta na Cartilha que os direitos autorais são reservados à Editora e Distribuidora Branca Alves de Lima, nome da editora, fato que ressalta uma personificação sem igual.

Branca registrou que o tempo percorrido na carreira de professora, até alcançar o posto de autora, foi de cerca de duas décadas. No entanto, de autora para proprietária e empresária, o tempo encurtou para cerca de dois anos. A produção da menina dos olhos de Branca foi a Cartilha *Caminho Suave*, que, como já foi registrado, nasceu de sua experiência de alfabetizadora nas escolas por onde lecionou. Incentivada pela família e por colegas do magistério, somando-se ao desejo de publicar sua primeira cartilha, durante quatro anos preparou a Cartilha para a publicação. Ao concluir, buscou meio de publicá-la. No entanto,

> “Procurei todas as grandes editoras da época, mas elas não acreditavam que o livro fosse vender”, revela. A solução foi pagar a edição inicial com sua poupança de 20 contos de réis, o suficiente para imprimir 5 mil exemplares. “Nos dois primeiros anos tive prejuízo, mas no terceiro comecei a ganhar dinheiro”. (*O Estado de São Paulo*, 05 de maio de 1991, p. 22)
>
> Eu estava juntando dinheiro e já tinha vinte mil cruzeiros antigos e, com essa importância, mandei publicar cinco mil exemplares. Distribuí cerca de mil em propaganda e, depois, mandei imprimir mais cinco mil. (*O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1967, p. 19)[6]

[6] Inseri as duas passagens das entrevistas dos anos 1960 e 1990, apesar da pouca diferença, para complementar os dados e refletir acerca da moeda. Na entrevista dos anos sessenta, Branca falou de vinte mil cruzeiros antigos, na matéria dos anos noventa se referiu a vinte contos de réis. Tomando a moeda da época, fins dos anos quarenta, o Cruzeiro era a unidade monetária no país, já no ano de 1967 era o Cruzeiro Novo, e, em 1991, a unidade era o Cruzeiro. Não foi possível converter em dólar pela flutuação da moeda nos períodos (este é um trabalho que farei posteriormente para não apresentar dados equivocados).

Segundo a própria Branca, o incentivo de abrir uma própria editora veio da família, do pai, de irmãs e irmãos. Cruzando as datas citadas, acredita-se que a editora iniciou no ano de 1950, quando a autora garantiu que começou a ganhar dinheiro após dois anos de prejuízo comercializando e divulgando a Cartilha por meios próprios. Sobre a distribuição gratuita das cartilhas, Branca seguiu a mesma deliberação de autores de livros escolares desde o século XIX: a maior propaganda era a distribuição gratuita das obras, que, em geral, garantia a aquisição posterior.

A Editora Caminho Suave Limitada, ao que tudo indica, era uma empresa familiar. Além de Branca, que assumia a frente da empresa, o pai, Manoel, como já foi registrado, ocupou o cargo de sócio-diretor até o ano de 1977, quando faleceu, e seu cunhado, Ernani Liguori, de formação empresarial, casado com a irmã caçula de Branca, Altair Alves de Lima Liguori, assumia a responsabilidade de Gerente Comercial. Neste aspecto, certamente, a empresa abrigava outras pessoas da família, pois empresas familiares eram um modelo de administração tradicional e bastante comum no Brasil na primeira metade do século XX. Em São Paulo, pequenas ou grandes empresas urbanas eram gerenciadas por famílias que traziam luzes para a economia paulista.

Sobre as relações financeiras da Editora, é preciso investigar com mais cuidado. No entanto, de acordo com matéria veiculada na imprensa, no ano de 1990, a Editora Caminho Suave Limitada havia imprimido 750 mil livros, incluindo a Cartilha e a coleção de língua portuguesa de autoria de Branca, que se justificou: “Rodamos poucos exemplares no ano de 1990 porque o Plano Collor nos deixou com o dinheiro bloqueado, com pouco capital para imprimir, distribuir e fazer propaganda de nossos livros” (*O Estado de São Paulo*, 05 de maio do 1991, p. 22). O “pouco” a que Branca se refere corresponde a quase um milhão de livros, o que leva a indagar: se o plano econômico, que deixou parte do dinheiro retido, permitiu “somente” este número, como seria a produção em um ano normal?

Sobre os números de edições e exemplares, a resposta pode ser encontrada na mesma entrevista, com o depoimento do gerente comercial da Editora, Ernani Liguori. A Coleção Caminho Suave, há mais de três décadas, ou seja, desde os anos 1970, vendia entre dois e três milhões por ano, certificou Liguore. Somando três décadas, com o primeiro número dado pelo gerente, temos aproximadamente sessenta milhões de livros vendidos até o início dos anos 1990.

Era Branca quem comandava sua Editora, no entanto não parava de produzir, conforme consta em matéria de *O Estado de São Paulo* (05 de maio de 1991, p. 22): “Sem revelar sua idade – ela diz que está na faixa dos 70 anos – Branca continua investindo na alfabetização. Além de comandar sua editora, há dois anos ela vem preparando oito novos livros para crianças que estão na

pré-escola. 'Serão quatro de comunicação e quatro de matemática para quem tem 3, 4, 5 e 6 anos de idade', explica"[7].

A respeito da relação com o poder público, as obras da Editora foram comercializadas, a princípio, pelo Governo de São Paulo, e mais tarde foram consumidas pelo governo federal. Sob o título de *Governo quer livro barato*, a matéria veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 1967, em pleno regime militar, anunciava que o Governo de São Paulo pretendia, para o seguinte ano, 1968, comprar materiais escolares para os alunos da rede pública com o maior desconto possível. A Fundação para o Livro Escolar, órgão governamental executor, visava:

> Fornecimento de livros e materiais escolares aos estudantes do curso primário, médio e universitário, com o maior desconto possível, através de convênios com editoras, com o Ministério da Educação e entidades privadas, mediante compras maciças e antecipadas. (*O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1967, p. 19)

Abaixo dessa matéria, uma outra, sob o título *Quem vende mais* destacava a trajetória da professora primária Branca Alves de Lima e sua Cartilha que ocupava o primeiro lugar de venda para o estado de São Paulo, com uma tiragem de trezentos mil exemplares anuais, segundo dados da própria Fundação para o Livro Escolar[8]. A respeito das mudanças na Cartilha, Branca informou que, de 1949 a 1971, permaneceu a mesma. Foi somente no início dos anos 1970, diante da concorrência que aumentava, que Branca decidiu mudar e adaptar o livro para atender às necessidades da época e evitar, ou acompanhar, as concorrências surgidas. Segundo a matéria do referido jornal: "Antes, o livro era em preto e vermelho – com as mudanças, ganhou novas cores e formato maior".

No entanto, ao analisar a edição de 1973, observa-se que a Cartilha não aumentou de tamanho, mas sim diminuiu. Comparando com a edição de 1965, de tamanho 16 x 23, com ilustrações que não se limitavam às cores preto e vermelho, a mesma passou ao tamanho 14,5 x 22, ou seja, a Cartilha diminuiu o tamanho e preservou as mesmas cores. O texto registrou ainda que outras mudanças no material ocorreram na edição de 1984, ocasião em que a autora acrescentou textos avaliativos e aumentou exercícios de interpretação, assim como a gramática aplicada.

---

[7] Não consegui localizar essas obras destinadas para crianças pequenas. Creio que um estudo específico da Editora pode oferecer dados mais seguros sobre a produção dos livros de Branca.

[8] Duas ressalvas são válidas: a primeira trata de alertar que todas as matérias encontradas nos dois jornais, que trazia o tema de compra de livros, pelo poder público, trazia, em seguida, matérias sobre autores/as campeões de venda. A segunda anotação parece indicar que o Governo de São Paulo passou a adquirir os livros de Branca antes de 1967, pois na Cartilha, do ano de 1965, em sua 6.ª edição, trazia na segunda capa que a mesma era aprovada pela Comissão de Livros Didáticos do Departamento de Educação do Estado de São Paulo.

A relação de Branca com o trabalho parecia não ter fronteira com a vida privada. No início dos anos 1990, de acordo com a matéria do jornal *O Estado de São Paulo* (maio de 1991), ela morava no mesmo local em que trabalhava. Em um casarão do início do século XX, na Rua Fagundes, no Bairro Liberdade, na qual declarou morar desde os quatorze anos. A autora declarou que usava, para sua vida privada, dois aposentos da casa, sendo o restante de sua Editora[9]. Ao ser questionada sobre o lazer, ou o que fazia fora do trabalho, quando não estava envolvida com a editora ou no preparo de mais livros, declarou que gostava de assistir televisão. Sobre outras leituras, gostava de livros de ficção, em especial quando ia descansar no apartamento de Santos; no entanto, usando de seu pragmatismo, acrescentou que preferia os livros de estudos.

Dona Branca, como já foi registrado, não se casou e não teve filhos. Em entrevista, atribuiu a rigidez de sua formação ao fato de nunca ter casado. "Minha mãe só me deixou ir ao cinema sozinha à noite quando eu já tinha 28 anos", contou, sem ressentimento, conforme explanou o texto de *O Estado de São Paulo* (05 de maio de 1991, p. 22). De acordo com a mesma matéria, Branca não se considerava rica, mas ressaltou que era proprietária de vários imóveis na capital e no interior, inclusive um apartamento no litoral paulista. A família de Branca foi a grande beneficiada pelo seu sucesso de autora e empresária: até o início dos anos 1990, havia doado seis imóveis (apartamentos e casas) para sobrinhos e sobrinhos-netos, além de uma casa para a ex-empregada.

Saindo de cena: os caminhos não suaves de um final sem estrelas

Cinco anos após a entusiasmada entrevista de Branca, em meados dos anos 1990, o Ministério de Educação e Cultura instituiu outros formatos de escolha para a compra de livros didáticos para as escolas públicas. Os critérios avaliativos, por meio do então criado *Guia de Livros Didáticos*, do ano de 1996, excluía obras com erros conceituais, livros considerados desatualizados ou que portassem lições preconceituosas e discriminatórias. A matéria "Livro recomendado é mais usado", que circulou na imprensa em novembro de 2007, salientando que os professores estavam usando com mais frequência os livros recomendados pelo governo, ressaltou as estrelas que classificavam as obras em três níveis: uma estrela (recomendado com ressalvas), duas estrelas (recomendado) e três estrelas (recomendados com distinção).

[9] Ao buscar o endereço no mapa, Rua Fagundes, 157, no oriental Bairro da Liberdade, encontrei um terreno murado, dando a impressão que o casarão que abrigava a Editora foi demolido, dando lugar a um estacionamento. Em sua pesquisa de mestrado, sobre o Bairro da Liberdade, Fantin (2013) anotou sobre as transformações deste bairro, que antes eram chácaras.

Os livros de Branca ficaram fora da aquisição e da distribuição pública. Distintas matérias da imprensa divulgaram o que parecia inesperado: a campeã de vendas estava fora do páreo, suas obras foram consideradas inapropriadas e não foram contempladas com nenhuma estrela. Branca ficou sem chão e sua editora foi fechada em 1997, dado que aponta a importância da compra dos livros de Branca de forma oficial.

O jornal *Folha de São Paulo*, no final do ano de 1997, trouxe dois textos, intitulados "Autora de *Caminho Suave* pesquisou palavras" e "Pioneira associou letras e imagens", ilustrados com uma foto de cartilhas empilhadas sob a seguinte legenda: "Cartilhas *Caminho Suave* que não foram vendidas na sede da Edipro". A matéria deu voz à professora Branca Alves de Lima, na época com 87 anos, ressaltando que sua Cartilha alfabetizou um quarto da população brasileira. Neste momento, sob a disputa entre o construtivismo e o ensino tradicional, Branca declarou em tom crítico:

> (...) ao final de diversos anos é que se vai chegar à conclusão se o construtivismo dá ou não resultados (*Folha de São Paulo*, 25 de novembro de 1997, p. 10).
>
> Estão projetando, quase decretando, que os alunos não usem mais cartilhas (Ibidem).
>
> Eu gostaria até de adotar (o construtivismo) para chegar a uma conclusão. Mas, hoje, eu escuto mal e enxergo mal (Ibidem).

A mesma matéria registrou que "A história da *Caminho Suave* revela um dos traços mais característicos da educação brasileira: a imposição de metodologias a partir de um poder central" (*Folha de São Paulo*, 25 de novembro de 1997, p. 10). Na conclusão, o texto ressalta que "Dona Branca recebe até hoje pedidos de cartilhas – mas diz que já não tem recursos para fazer doações, finalizando com a indicação do endereço da editora Edipro, que havia comprado os direitos para quem se interessar em adquirir a Cartilha.

Por e-mail, a Diretora Editorial, Maíra Micales, da Edipro, informou que a editora revendia os livros de Branca e, ao saber que a Editora Caminho Suave Limitada ia fechar, comprou diretamente de Branca os direitos autorais de todas as suas obras, sob o compromisso de não alterar em nada o método. Micales comunicou ainda que, como a compra foi diretamente com Branca, a Edipro não teve contatos com outras pessoas da família, mesmo após a morte da autora. Sobre a tiragem da Cartilha *Caminho Suave*, informou que, nos últimos cinco anos, é em média de dez mil exemplares ao ano.

No site da editora e em outras matérias localizadas, a procura pelos materiais didáticos de Branca persiste. Além de escolas (nomeadas) que assumem a

adoção na alfabetização e docentes que atuam em cursos de alfabetização de adultos, há compras sustentadas por relações afetivas com a Cartilha: gerações de pais e avós que foram alfabetizados com o material compram acreditando que podem ajudar na alfabetização de seus filhos, compras individuais ou coletivas, sustentadas pelo saudosismo, de gente que estudou na Cartilha, compra para dar de presente e, também, japoneses que adquirem para alfabetizar crianças brasileiras no Japão ou imigrantes que precisam aprender a língua. Isso, e muito mais, movimenta o mercado editorial dos livros de Branca.

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, em agosto de 2012, o editor da Edipro, Jair Lot Vieira, registrou que a retirada da Cartilha *Caminho Suave* do catálogo do MEC foi um "baque" para Branca, algo que parece não ter sido superado no resto de sua vida. As matérias encontradas na imprensa deram voz para Branca e não se preocuparam em esconder a afinidade com sua mágoa pela retirada oficial da Cartilha. Defensores e acusadores do uso de cartilhas se digladiam nas matérias sob inúmeros argumentos. O que parece ser unanimidade foi o advento do construtivismo, que indicava a superação e substituição das cartilhas por outros materiais para alfabetizar crianças.

A despeito dos conflitos, tão próprios da história da educação, os números de 2010, de distintos lugares de venda, apontavam a Caminho Suave como a cartilha mais vendida, absoluta dona do pódio. Especialistas se dividem para justificar a continuidade volumosa na venda em tempos em que a cartilha parecia superada e fazia parte de um passado. Um dos argumentos é a distância entre as produções acadêmicas e a prática docente no interior da escola, a despeito da intensificação de pesquisas e estudos.

A revista *Nova Escola*, de 1996, ano da recusa das obras de Branca pelo governo, aparentando uma tentativa de amenizar a polêmica, traz em sua capa Branca ao lado de Maria Fernandes Cócco, autora construtivista de livros para alfabetização, em uma matéria que debatia acerca deste tema. Além das fotos, a matéria, de mais de meia dúzia de páginas, dá um espaço de três a quatro linhas para Branca, tratando-a como coadjuvante.

No editorial da revista, que quase passa despercebido, sob o título de "Uma estátua para Dona Branca", o jovem editor João Victor Strauss, ao investigar sobre as cartilhas, descobriu a professora Branca, na época com 86 anos. Tratando-a como "uma educadora e tanto", Strauss registrou: "Igualmente inigualável foi a competência com que desafiou a mentalidade fortemente machista daquela época. Tornou-se uma mulher de negócios, fundando uma vitoriosa carreira até hoje no mercado" (1996, p. 03). Pelo número de "brasileirinhos" alfabetizados, Strauss proclama que o Brasil deve uma estátua a Dona Branca.

Branca morreu no dia 25 de janeiro de 2001, no Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, aos 91 anos. Segundo Neto (2017), Branca tinha

câncer no pulmão e, depois que sua irmã Henriqueta faleceu, em meados de 2000, com quem tinha uma relação muito próxima, a mesma sentiu solidão, pois apesar de não morarem juntas eram vizinhas no mesmo condomínio e podiam se ver pela janela das casas. O falecimento de Dona Branca não mobilizou o mundo educativo e nem a imprensa. Consegui localizar nada mais que um anúncio fúnebre sem pompa, um anúncio padronizado, silencioso, discreto e tímido em uma coluna intitulada "Falecimentos", no rodapé de matérias sobre violência na capital:

> Prof. Branca Alves de Lima – dia 21. Professora e escritora, era autora da cartilha *Caminho Suave*. Filha do sr. Manuel Silveira Lima e de d. Isaura Alves de Lima, era irmã do dr. Álvaro Alves de Lima, de D. Henriqueta Alves de Lima e de Altair Alves de Lima Liguori, todos falecidos. Deixa cunhada e sobrinhos. A missa de sétimo dia será celebrada no dia 27 (sábado) as 7.30, na Igreja de Santo Agostinho, na Praça Santo Agostinho, Aclimação. (*O Estado de São Paulo*, 25 de janeiro de 2001, p. 11)

Abaixo dos anúncios padronizados, havia outros ilustrados por cruzes e com o nome de falecidos/as em caixa alta. Branca foi a última da família a morrer. Deixou a cunhada Edith, normalista como ela, sobrinhos e sobrinhos-netos. Nas entrevistas consultadas, a professora recebeu o status de "dona", título reservado às irmãs casadas anteriormente.

Considerações finais

Ao buscar imagens de Branca, localizei três fotografias: a primeira, de 1929, na ocasião da formatura da Escola Normal do Brás, retrata-a jovem, com 19 anos, em P&B, de cabelos anelados, cuidadosamente, arrumados na altura das orelhas, vestida com um elegante terno de gravata borboleta, com um olhar direcionado para a esquerda esboçando um sorriso; a segunda foto, anexada em uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, de um domingo de maio de 1991, é uma foto em P&B, com Branca aos 81 anos, de cabelos curtos e óculos, posando ao lado de seus materiais didáticos e, novamente, esboça um sorriso discreto; na terceira, Branca está na capa da *Revista Nova Escola*, de outubro de 1996, em uma foto colorida, de lado, com um sorriso curto, semelhante ao do passado, de cabelos lisos até as orelhas com sua Cartilha nas mãos. Aos moldes da fotografia da juventude, se veste com um elegante terno. Minha intenção não é de analisar as fotos como fontes, mas sim tomá-las e cruzá-las com os dados encontrados (que, a princípio, eram esparsos), para traçar algumas considerações que ajudam a fechar este texto.

Sobre a jovem Branca de cabelos curtos, que dava sinal de emancipação e rebeldia nos anos 1920, há de se pensar sobre sua opção, ou única alternativa: a de se profissionalizar e estudar para ser professora. A despeito de a escola ser um mundo feminino, não dá para ignorar o tempo e sua saída de casa na tentativa de viver outros mundos fora do casamento. As idas pelo interior, pela área rural, desvinculada da família e enfrentando um mundo com espaço limitado para ousadias femininas, é a primeira coisa que quero ressaltar na história de Branca. Certamente que o lugar social que ocupava pode ter contribuído para este movimento, mas ela poderia ter sido uma professora normalista, status na época, sem escapar das tarefas historicamente impostas para as mulheres, principalmente as de esposa e de mãe.

A jovem Branca saiu da capital para o interior, substituindo a vida doméstica pela vida profissional. Não foi só professora, investigou, com o que tinha em mãos, formas de ensinar. Permanecer, mais tempo que o exigido, fora do domínio familiar pode ter sido uma opção, ou necessidade, mas o que sobressai é o seu enfrentamento, sem sinal de desistência. Em sua volta para a capital, para atuar na escola-modelo de seu antigo bairro, assumiu uma sala de aula que parecia sob encomenda para a ousadia de uma mulher querer ter projeto, sobretudo um projeto de alfabetização. Com vinte e poucos anos, enquanto muitas cuidavam dos afazeres domésticos, Branca preparava um livro e, com todas as nuances que favoreceram isso, essa transgressão não pode ser ignorada pela história. Não casar trouxe as consequências discriminatórias da época (algumas ainda persistem), no entanto, não me parece que isso poderia atingir alguém como Branca, que estava decidida a voar para paisagens diferentes de suas irmãs, que casaram e tiveram filhos, tornando-se “donas”.

Após vinte e oito anos de magistério em sala de aula, sem muitos dados que possam confrontar com seus depoimentos, por vezes romantizados e idealizados, parece que não houve rotina severa na vida de Branca. Não se fixou em um único espaço, experimentou lugares e ousou em construir uma história para além da escola. A publicação da Cartilha e a criação de sua editora, com o mesmo nome da obra, indica que continuava projetando sua vida em espaços públicos e não domésticos. A relação com os governos estadual e nacional, que deveria ser estreita, trouxe fortuna e fama, no entanto a fonte do lucro seguiu sendo mais importante que sua proprietária. Do final dos anos 1940 aos anos 1990, passado meio século, pouco para a história, mas muito para uma pessoa, Branca construiu seu império e o dividiu com sua família. Não deve ter sido simples, a despeito de ser uma família feminina, uma mulher, solteira, independente e competente no que se propôs, comandando uma empresa. Deve ter gerado distintos conflitos.

A segunda imagem, no início dos anos 1990, há uma Branca, aparentemente, sem ameaças, segura, que conta mais sobre sua vida pessoal, justifica seu

patrimônio e o fato de não ter se casado. Uma mulher de oito décadas que se impôs, primeiro como professora, depois autora e empresária, que cuidava da família, fazia planos e, a despeito da idade, seguia reinando em um mundo com mais lugares para os homens. Em entrevista dessa época, Branca não revelou sua idade, o que pode indicar certa vaidade, fato que parecia não preocupar a imprensa que se ocupava em projetar uma mulher que parecia incansável, que seguia produzindo, escrevendo e governando sua Editora. Isso de fato impressiona, mesmo pensando que poderia ter uma assessoria, do que tenho dúvidas, pois deveria ser uma mulher muito decidida e com temperamento forte. É contagiante o movimento que não tinha volta, ela estava ali, ocupando espaços sem planos de aposentar e virar uma velha simpática fazendo tricô como as imagens de suas avós da Cartilha.

Na terceira foto, já no tempo das estrelas apagadas, a imagem colorida de Branca, na capa de uma revista que circulava no meio escolar, parece indicar persistência na história. É pra imaginar o que levou a decidida Branca a posar para um meio de comunicação que, assertivamente, não defendia seus argumentos e suas formas de ensinar. A altivez de Branca permanecia, sua imagem parecia não traduzir o encerramento, talvez ela soubesse que, apesar de todas as cercas, seu trabalho já fazia parte da história, não tinha volta. No contato com seus depoimentos, em especial quando falou que não ouvia e nem enxergava mais, tomei de forma ambígua, querendo colocar palavras em sua boca que parecia dizer que encerrava seu lugar de empresária, mas de professora e autora não. Possivelmente, ali estava uma Branca exausta, possivelmente doente, possivelmente fumante e concretamente uma mulher forte, brava e decidida.

Por fim, creio que essa trabalhosa tentativa de escrever um texto biográfico sobre Branca Alves de Lima pode cumprir parte da estátua sugerida por Strauss. Um reconhecimento histórico do percurso acanhado da filha de Maria Isaura e Manoel, uma mulher chamada Branca. Desculpo-me por não confrontar melhor os dados e por apresentar mais do que analisar. O tempo me consumiu e também não foi fácil desprender do lugar de mulher, de feminista, descobrindo uma outra mulher que, a despeito de ter desempenhado um papel tão relevante, foi silenciada pela história. Em minha trajetória acadêmica, com a experiência da organização do *Dicionário de Educadores e Educadora em Goiás: séculos XVIII-XXI* (2017), descobri mulheres que atuaram no magistério distante de qualquer altruísmo, amor, abnegação, sacerdócio e outros movimentos que as distanciam de temperamentos fortes e decididos. Assim, aos poucos, pode-se desvelar histórias femininas para nos enxergar nelas, sem perder de vista que foram essas mulheres as responsáveis por abrirem inúmeros caminhos, munidas de pura resistência, para todas nós!

Agradecimentos

Reconhecendo a contribuição de dados para a escrita deste texto, registro meus agradecimentos para: Maíra Micales (Diretora Editorial da Edipro/SP); Vânia Lira (Diretora do Colégio Branca Alves de Lima/SP); Juliano Guerra Rocha e Silvia Aparecida Santos de Carvalho (Projeto de Pesquisa: Cartilha Caminho Suave: na história da alfabetização do Brasil; UFU/UNICAMP).

Referências

AVANCINI, Marta; ROSSETI, Fernando. Guia do MEC aposenta cartilha recordista. *Folha de São Paulo*, terça feira, 25 de novembro de 1997. Caderno São Paulo, 3, p. 09. Educação.

DUARTE, Marcelo. Cartilha "Caminho Suave" lança novos produtos. Estadão/Blogs, São Paulo, 03 ago. 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/curiocidade/cartilha--caminho-suave-continua-viva-e-lanca-novos-produtos/>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FALECIMENTOS. *O Estado de São Paulo*, 10 de maio de 1946, p. 05. Disponível em http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19460510-21776-nac-0005-999-5-not. Acesso em: 17 ago. 2017.

FALECIMENTOS. *O Estado de São Paulo*, 20 de março de 1977, p. 42. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770320-31288-nac-0042-999-42-not. Acesso em: 17 ago. 2017.

FALECIMENTOS. *O Estado de São Paulo*, 25 de janeiro de 2001, p. 49, Cidades. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20010125-39181-nac-49-cid-c11-not>. Acesso em: 05 fev. 2018.

FANTIN, Jader Tadeu. *Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX.* 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. Acesso em: 22 jan. 2018.

LIMA, Branca Alves de. *Caminho Suave* (1º Livro). São Paulo: Editora Caminho Suave Limitada, 1973.

LIMA, Branca Alves de. *Caminho Suave* (Alfabetização pela imagem). São Paulo: Editora e Distribuidora Branca Alves de Lima, 1965.

MARCOLIN, Neldson. *O Estado de São Paulo.* Autores de livros didáticos lideram vendas. São Paulo, 05 de maio de 1991, p. 22

MISSA DE 7.º DIA. *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1946, Anúncios Fúnebres. p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19460515-21780-nac-0012-999-12-not/tela/fullscreen>Acesso em: 01 fev. 2018.

MISSA DE 7.º DIA. *O Estado de São Paulo*, 22 de março de 1977, Anúncios Fúnebres, p. 42. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770322-31289-nac-0046-999-46-not>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MORAES, Esaú Correia de Almeida. Biblioteca Genealógica Brasileira: família paulista (Livro de Família 13). Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1969.

NETO, Evandro Soares da Costa. 1ª entrevista: 31 de maio de 2017; 2ª entrevista: 22 de junho de 2017. Entrevistadores: Juliano Guerra Rocha e Silvia Aparecida Santos de Carvalho. São Paulo: 2017. In: ROCHA, Juliano Guerra; CARVALHO, Silvia Aparecida Santos de. Cartilha Caminho Suave: na história da alfabetização do Brasil. *Projeto de Pesquisa*. Universidade Federal de Uberlândia – MG, Faculdade de Educação, Grupo de Pesquisa História da Alfabetização: Lugares de formação, Cartilhas e Modos de fazer; Universidade Estadual de Campinas – SP, Faculdade de Educação, ALLE-AULA. 2017-2018.

PELEIAS, Ivan Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. *Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil*: uma análise histórica. Revista Contabilidade Financeira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19-32, Junho 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

ROCHA, Juliano Guerra; CARVALHO, Silvia Aparecida Santos de. Cartilha Caminho Suave: na história da alfabetização do Brasil. *Projeto de Pesquisa*. Universidade Federal de Uberlândia – MG, Faculdade de Educação, Grupo de Pesquisa História da Alfabetização: Lugares de formação, Cartilhas e Modos de fazer; Universidade Estadual de Campinas – SP, Faculdade de Educação, ALLE-AULA. 2017-2018.

S.A. *O Estado de São Paulo*. Governo quer livro barato São Paulo, 20 de agosto de 1967, p. 19.

S.A. *O Estado de São Paulo*. Quem vende mais. São Paulo, 20 de agosto de 1967, p. 19.

SANTOS, Débora Pereira dos. O projeto "A Escola Normal Padre Anchieta: lugar de memória para uma história educacional paulista". *Anais do XI Congresso Nacional de Educação* (EDUCE), PUC Paraná, Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013, p. 22504-22513. Acesso em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8388_7111.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

STRAUSS, João Victor. Uma estátua para Dona Branca. *Nova Escola*, Ano XI, n. 97, Outubro de 1996, p. 3.

VALDEZ, Diane. Livros seriados para a infância: fontes para a história da educação. *Revista Linhas* (UDESC), Florianópolis, v. 5, n. 2 (2004), p. 219-242.

VALDEZ, Diane. Memorial. (Mimeo), Campinas, janeiro, 2006, 46p.